

POLÍTICA ECONÔMICA

Dívida pública não ameaça controle da inflação, diz ministro

por Marco Antonio Monteiro
do Rio

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, garantiu, na sexta-feira, no Rio, que a dívida pública "está sob controle", mas admitiu que houve "pequeno aumento nos números em fevereiro". Ele, no entanto, não confirmou que a taxa de crescimento da dívida pública tenha sido de 4% reais sobre o mesmo mês do ano anterior, o que corresponde a uma expansão de Cr\$ 2,7 trilhões.

Marcílio afirmou que a expansão da dívida pública não gera mais inflação e, dessa forma, não compromete o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "O que está ocorrendo", explicou o ministro, "é que estamos devolvendo os cruzados novos à população." Essa dívida, diz ele, "era pública, e agora está sendo transformada em dívida mobiliária". Para o ministro, essa prática é um instrumento de política monetária, com objetivo de enxugar a liquidez. "Isso é uma mostra da recuperação fiscal do Estado, e da capacidade de ter crédito público e de alongar sua dívida, aumentando-a para controlar a expansão da base monetária", enfatizou.

Marcílio também descartou a hipótese de que o aumento da dívida pública possa gerar mais inflação, forçando o País a descumprir as metas econômicas, prometidas ao FMI. "Pelo contrário, a dívida pública enxuga o meio circulante, combatendo, portanto, a inflação. A rolagem dessa dívida está sendo feita com taxas reais no limite de 2% ao mês, sendo que até setembro elas eram negativas", observou.

Quanto à possibilidade mencionada pelo presidente do Citibank, William Rhodes, de que o acordo do Brasil com os bancos privados deverá ser fechado até abril, Marcílio afirmou que "tudo é possível", mas ponderou que a meta do governo é obter acerto final até o fim deste semestre. "As negociações em Nova York marcham bem. Colocamos nossas propostas sobre a mesa. E estamos num momento de negociação mais interessante do que no passado. Nossa principal exigência é o respeito à capacidade de pagamento do País. Os negociadores sempre querem, evidentemente, prazos menores e mais favoráveis. Mas creio que chegaremos a um consenso e à conclusão do acordo", frisou.

TARIFAS

Sobre as tarifas e preços públicos, o ministro informou que pretende adotar uma metodologia de reajuste, que combinaria a média entre a inflação passada e a projeção de taxas futuras. Ele ressaltou, contudo, que a exceção ficaria por conta das tarifas de energia elétrica, que precisavam levar em consideração as projeções de inflação, porque os aumentos neste setor só podem vigorar no prazo de 45 dias. Marcílio disse que apenas as tarifas de energia e de combustíveis ainda apresentam pe-

Reaquecimento sem afetar preços

por Antonio Gutierrez
do Recife

O segundo semestre deverá marcar o início do processo de recuperação da economia, com a consolidação da retomada do crescimento em 1993. O reaquecimento, já detectado em alguns setores, não deverá, contudo, causar efeitos negativos sobre a inflação ou déficit público. "Quanto maior a oferta, menor será a pressão sobre os preços", avaliou a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, durante o seminário sobre política industrial, promovido pela Abimaq/Sindimaq, na sexta-feira, no Recife.

Pela avaliação da secretária, a boa safra agrícola prevista para este ano deverá contribuir para evitar que o reaquecimento da economia estimule a alta de preços. "Os preços agrícolas estão dando sinais de arrefecimento desde fevereiro", observou. Segundo Dorothea Werneck, a retomada do crescimento pode ser observada desde o ano passado, principalmente por meio de investimentos estrangeiros (ver matéria ao lado).

A decisão do governo de facilitar as exportações está fazendo com que o reaquecimento da economia se manifeste primeiramente em setores com participação no mercado externo, segundo Dorothea Werneck.

quenas defasagens a serem cobertas quando a política de combate à inflação permitir. "Além desses 2 casos, quase todas as tarifas e preços públicos, a exemplo do aço, telefonia e correios, já estão recuperadas", garantiu.

O ministro participou de um encontro, precedido de almoço no Hotel Caesar Park, em Ipanema, que durou três horas. Participaram do encontro a portas fechadas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) parte da diretoria do Banco Central (BC), Francisco Gros, Armínio Fraga, Pedro Bodin, além de renomados economistas, como Mário Henrique Simonsen, Luiz Carlos Bresser Pereira, Luís Mercadante, César Maia, Antônio Barros de Castro, André Lara Resende, Paulo Guedes e o anfitrião João Paulo dos Reis Velloso. À saída do encontro, apenas Marcílio se dispôs a falar com a imprensa e informou que a reunião serviu para que pudesse avaliar e ouvir sugestões para a sua política econômica. "Considerarei boa a proposta do deputado Federal Luís Mercadante de reformular a indústria automobilística do País. Ele me informou que está preparando um documento nesse sentido a ser divulgado nos próximos dias 25 e 26, num seminário em Brasília.

Acho que isso servirá como paradigma para futuras negociações com outros segmentos da indústria nacional.